

RECURSO ESPECIAL Nº 1.297.859 - SP (2011/0063147-3)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UBIRAJARA BOTTO DA FONSECA
ADVOGADO : RITA DE FIGUEIREDO PEREIRA BOTTO DA FONSECA - SP082604
RECORRIDO : SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Ubirajara Botto da Fonseca, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fls. 126-127):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE PRODUZIR AS PROVAS PRETENDIDAS. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. PRELIMINAR REJEITADA. O juiz não está obrigado a produzir todas as provas requeridas pelas partes, caso as dos autos já sejam suficientes para ter formado sua convicção, podendo indeferir as que ele considerar desnecessárias e procrastinatórias, nos termos do artigo 130, do CPC.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. OBRIGAÇÃO "PROPTER REM". LEGITIMIDADE DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. RECONHECIMENTO. RESGUARDADO O DIREITO DE REGRESSO EM FACE DO ENTÃO LOCATÁRIO. RECURSO IMPROVIDO. O débito decorrente do serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto está atrelado à unidade que o gerou.

Nesse passo, é parte legítima para figurar no polo passivo da ação de cobrança o proprietário do imóvel, resguardado o direito de regresso contra o então locatário. Por ser dívida atrelada ao imóvel, o responsável pela sua quitação é aquele que tem a propriedade ou posse do bem.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA. ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. OBRIGAÇÃO "PROPTER REM". LEGITIMIDADE DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE DOS CO-PROPRIETÁRIOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESES DO ARTIGO 70 DO CPC. CASO DE CHAMAMENTO AO PROCESSO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 77 DO CPC. RECURSO IMPROVIDO. Inocorrentes quaisquer das hipóteses do artigo 70 do CPC. O direito de regresso proveniente de solidariedade não pode ser exercido por meio da denúncia

da lide, pois o artigo 77 do CPC concede ao devedor solidário a utilização do chamamento ao processo para acertar a responsabilidade de cada um dos devedores solidários.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 152-157).

Alega a parte recorrente contrariedade aos arts. 70, III, 283, 284, 331, I e § 2º, 515, §§ 1º e 2º, e 535 do Código de Processo Civil/1973; e 1.315 do Código Civil/2002.

Defende, em síntese: i) nulidade por omissões quanto à invalidez da sentença, à inversão do ônus da prova, à ausência de prova do débito, à extensão da matéria devolvida ao Tribunal e à inconstitucionalidade de decreto estadual; ii) nulidade por ausência do despacho saneador antes da sentença; iii) nulidade por não ter a apelação julgado as questões devolvidas ao Tribunal quanto à hipossuficiência do recorrente e ausência de provas; iv) inépcia da inicial; v) necessidade de denunciação dos coproprietários à lide; vi) inconstitucionalidade do decreto estadual que dispõe sobre a responsabilidade solidária dos proprietários; e vii) inexistência de obrigação *propter rem* (ligada ao imóvel) em serviço fornecido a consumidores.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 249-278), o recurso especial foi admitido por decisão desta Corte (e-STJ, fls. 399-400).

Processo com prioridade legal (art. 12, § 2º, VII, do CPC/2015, combinado com a Meta 2/CNJ/2019 – "Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 95% dos distribuídos em 2015").

É o relatório.

Registro, de início, não acolher a tese de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sobre a nulidade pelo julgamento antecipado, o acórdão registrou (e-STJ, fls. 129-131):

Inicialmente, insta assentar que não prospera a preliminar de cerceamento de defesa. Na hipótese, era totalmente dispensável a produção de provas.

[...]

Ademais, considero que a realização da audiência de instrução é imprescindível somente em não sendo o caso de julgamento antecipado da lide, e este era o caso dos autos.

Para que fique evidente que o julgamento antecipado da lide cerceou o direito de defesa, a necessidade da produção de prova em audiência deve ficar evidenciada. Se o Magistrado já firmou seu convencimento sobre os aspectos decisivos da demanda a antecipação do julgamento é legítima.

[...]

Assim, se os aspectos fáticos da demanda estavam suficientemente elucidados ao Julgador, desnecessária era maior dilação probatória.

Quanto à inversão do ônus da prova, pretendida pelo recorrente em relação ao conhecimento da inadimplência, o acórdão assim compreendeu a

matéria (e-STJ, fls. 131-134):

Ora, a legitimidade de parte do réu é evidente nos autos, pois é proprietário do imóvel em questão. Com efeito, o réu confessa em sua contestação que é co-proprietário do imóvel, devendo, portanto, responder pelo débito que o onera, considerando a natureza *propter rem* da cobrança dos serviços de saneamento básico, incumbindo-lhe, caso assim entenda, agir regressivamente contra o então locatário.

De fato, por ser dívida atrelada ao imóvel, ou seja, *propter rem*, o responsável pela sua quitação é aquele que tem a propriedade ou posse do bem, que é beneficiário direto pelos serviços prestados.

É certo que no período cobrado o imóvel estava alugado. No entanto, é dever do proprietário do imóvel fiscalizar o pagamento dos débitos em questão, com vistas a não enfrentar problemas como os da presente lide.

Sobre a prova do débito, consignou-se (e-STJ, fl. 134):

Embora o réu alegue que a origem do crédito da autora está embasada em suposto parcelamento celebrado com o antigo ocupante do imóvel, tal fato não restou evidenciado nos autos. A autora em sua petição inicial requer especificamente o pagamento das faturas mensais referentes aos meses de outubro/1994, abril, agosto a novembro/1995 e não a parcelas de um acordo descumprido.

No que tange à não apreciação de questões devolvidas ao Tribunal pela apelação, verifica-se ter a Corte local se manifestado sobre a existência de provas (afastando, assim, a inépcia da inicial), a desnecessidade da denunciação à lide, a inocorrência de hipótese de inversão do ônus probatório, possibilidade de julgamento antecipado do feito, legitimidade passiva do recorrente, existência de obrigação *propter rem* e ausência de julgamento *ultra petita* (e-STJ, fls. 120-134).

Quanto à inconstitucionalidade do decreto estadual, a Corte não se manifestou sobre o ponto, porquanto embasou a obrigação do réu ao pagamento, não na disposição regulamentar local, mas na legislação federal, tornando irrelevante a questão para solução da lide. Transcrevo (e-STJ, fl. 132):

Com efeito, a Lei n. 8.245/91, assim como a anterior (Lei n. 6.649/79, art. 19, inciso V), impõe ao locatário a obrigação de pagamento das despesas de consumo de água e esgoto, dentre outras (art. 23, inciso VIII), facultando ao locador, em caso de inadimplência, a retomada do imóvel, com rescisão contratual (art. 9º, da Lei n. 8.245/91).

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de a Corte de origem haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura qualquer vício passível de exame em embargos de

declaração.

É fundamental, ainda, que os argumentos desenvolvidos pelo insurgente demonstrem omissão relevante para a solução da controvérsia, apta a ensejar, no entender desta Corte, a nulidade do julgado. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACP. PRETENSÃO DE REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIA E URBANÍSTICA, COM REASSENTAMENTO DE MORADORES, REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS. IRRESIGNAÇÃO INTERNA APRESENTADA CONTRA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO ARESP, FORTE NA AUSÊNCIA DE NULIDADE DO ACÓRDÃO DOS ACLARATÓRIOS, NA HARMONIA ENTRE O JULGADO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E NA AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DO NECESSÁRIO COTEJO ANALÍTICO, NO TOCANTE À DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ALEGADA. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para o acolhimento da alegação de nulidade do acórdão dos Aclaratórios deve a parte recorrente demonstrar a relevância da omissão, o prejuízo jurídico experimentado, dentre outros requisitos (AgRg no AREsp. 237.587/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.12.2012), elementos não constantes do Apelo Raro, da parte agravante.

[...]

4. Agravo Interno do Estado do Rio Grande do Sul a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 608.721/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 9/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE ECONOMIA. ACÓRDÃO EMBASADO EM LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. DEMONSTRAÇÃO DE PAGAMENTO COM ERRO. SÚMULA N. 7/STJ

1. O provimento do recurso especial por contrariedade ao art. 535, II, do CPC pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: (a) a questão supostamente omitida foi tratada na apelação, no agravo ou nas contrarrazões a esses recursos, ou, ainda, que se cuida de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; (b) houve interposição de aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanear a omissão; (c) a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua anulação ou reforma; (d) não há outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 237.587/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 6/12/2012)

PROCESSO CIVIL. OMISSÃO QUE, SE EXISTENTE, NÃO IMPLICARIA A ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO.

A nulidade do acórdão só é decretada, por contrariedade ao artigo 535, II do Código de Processo Civil, quando o Tribunal a quo se omite a respeito de questão que, examinada, poderia influenciar o julgamento da lide. Hipótese em que, tratando-se de definir índice de correção monetária, não tem qualquer relevância a circunstância de o perito contar, ou não, com formação acadêmica no âmbito atuarial. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 309.468/MG, Rel. Min. ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2001, DJ 10/9/2001, p. 385)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. REINTEGRAÇÃO. OFENSA AO ART. 557 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO ASSENTADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DO FEITO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 557 do CPC/1973 alegada pela parte agravante, tendo em vista que a questão suscitada encontra óbice na Súmula 7/STJ, sendo o recurso especial, por conseguinte, manifestamente inadmissível. Ainda que assim não fosse, é de se ressaltar que fica superada eventual ofensa ao referido dispositivo legal, pelo julgamento colegiado do agravo regimental interposto contra a decisão singular do Relator. Precedentes.

2. Inexiste violação aos arts. 458, II e 535, II, do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal *a quo* apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que o embasam.

[...]

Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.595.272/SC, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe 8/6/2016)

No mérito, inexistente nulidade pelo julgamento antecipado sem prolação de despacho saneador. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESPACHO SANEADOR. INEXISTÊNCIA.

1. Inexiste nulidade na sentença proferida em julgamento antecipado, sem prolação de despacho saneador, desde que estejam presentes nos autos elementos necessários e suficientes à solução da lide.

[...]

3. Recurso especial não conhecido.

(REsp 666.627/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/6/2006, DJ 16/6/2006, p. 152)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. AUSÊNCIA DE DESPACHO SANEADOR. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. NULIDADE AFASTADA. NÃO OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO. *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. VERIFICAÇÃO DE LESIVIDADE EM CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a falta de despacho saneador em julgamento antecipado da lide não invalida o trâmite processual, excepcionando-se hipótese de prejuízo para o recorrente, o que não foi demonstrado no presente caso. Tal posicionamento se justifica pela aplicação do brocardo *pas de nullité sans grief*, segundo o qual não há nulidade sem demonstração de prejuízo. Precedentes. Súmula 83/STJ.

[...]

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.428.574/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/11/2015, DJe 16/11/2015)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DESPEJO CONJUGADA COM COBRANÇA DE ALUGUEL. PROCESSUAL CIVIL. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IDOSO. DESNECESSIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESPACHO SANEADOR. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

[...]

3. Não é nula a sentença proferida em julgamento antecipado, sem prolação de despacho saneador, desde que estejam presentes nos autos elementos necessários e suficientes à solução da lide. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.681.460/PR, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/12/2018, DJe 6/12/2018)

Conforme já exposto, a Corte local analisou especificamente as questões relativas ao ônus probatório e à suficiência das provas. Reverter as conclusões da instância recorrida sobre esses pontos demandaria exame direto de fatos, vedada a este Tribunal em recurso especial, conforme consagrado na Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).

A inconstitucionalidade do decreto estadual, além de não ter sido discutida pela instância recorrida por insignificante para o julgamento da causa, não pode ser objeto de recurso especial, por não se vislumbrar qualquer das suas hipóteses constitucionais de cabimento.

A denunciação dos coproprietários à lide foi afastada por ausência de previsão legal, na medida em que a intervenção cabível seria o chamamento ao processo. A interpretação coaduna-se à jurisprudência desta Corte, incidindo no ponto a Súmula 83/STJ (Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida).

Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. SOLIDARIEDADE OBRIGACIONAL. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA.

I - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual, a solidariedade obrigacional não importa em exigibilidade da obrigação em litisconsórcio necessário, mas antes na eleição do devedor pelo credor, cabendo àquele, facultativamente, o chamamento ao processo.

[...]

IV - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.164.933/RJ, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 9/12/2015)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. RESGATE DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. UNIÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A solidariedade obrigacional não importa em exigibilidade da obrigação em litisconsórcio necessário (art. 47 do CPC), mas antes na eleição do devedor pelo credor, cabendo àquele, facultativamente, o chamamento ao processo (art. 77, do CPC).

[...]

7. Recurso especial provido, determinando-se a remessa dos autos à Justiça Estadual para apreciação do feito. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1.145.146/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 1º/2/2010)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO PELO DANO CAUSADO AO MEIO AMBIENTE. SOLIDARIEDADE. HIPO TESE EM QUE SE CONFIGURA LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E NÃO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.

I - A ação civil pública pode ser proposta contra o responsável direto, contra o responsável indireto ou contra ambos, pelos danos causados ao meio ambiente. trata-se de caso de responsabilidade solidaria, ensejadora do litisconsórcio facultativo (C.P.C., art. 46, I) e não do litisconsórcio necessário (C.P.C, art. 47).

[...]

III - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

(REsp 37.354/SP, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, SEGUNDA TURMA, julgado em 30/8/1995, DJ 18/9/1995, p. 29954)

Por fim, no que diz respeito à obrigação *propter rem*, o interessado se volta contra fundamento que não foi adotado pela Corte de origem, desenvolvendo tese díspar do quanto decidido nos autos. Desse modo, para o recorrente, seria inconstitucional a previsão do decreto estadual que disporia sobre essa natureza do débito em tela. Entretanto, o Tribunal local apoiou-se na legislação federal para concluir pela solidariedade entre locador e locatário, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 131-133):

Ora, a legitimidade de parte do réu é evidente nos autos, pois é proprietário do imóvel em questão. Com efeito, o réu confessa em sua contestação que é co-proprietário do imóvel, devendo, portanto, responder pelo débito que o onera, considerando a natureza *propter rem* da cobrança dos serviços de saneamento básico, incumbindo-lhe, caso assim entenda, agir regressivamente contra o então locatário.

[...]

Com efeito, a Lei n. 8.245/91, assim como a anterior (Lei n. 6.649/79, art. 19, inciso V), impõe ao locatário a obrigação de pagamento das despesas de consumo de água e esgoto, dentre outras (art. 23, inciso VIII), facultando ao locador, em caso de inadimplência, a retomada do imóvel, com rescisão contratual (art. 9º, da Lei n. 8.245/91).

Por ter o poder de rescindir o contrato com a inadimplência do inquilino a respeito de sua obrigação em saldar o consumo de água e esgoto, dentre outros encargos previstos como seu dever, estabelece, "ex vi legis" a solidariedade entre o locador e o locatário perante o credor, motivo pelo qual a concessionária pode exigir de um ou de outro seu crédito. Se pago pelo locador, este terá ação regressiva contra o consumidor do serviço. Nesse aspecto, equipara-se o regime de locação ao do condomínio.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator